Novos créditos, agora menores

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente do Banco de Montreal, William D. Mulholland, afirmou ontem que o Brasil voltará a receber empréstimos externos, nas próximas semanas, depois de formalizado o novo acordo com o FMI, mas que os novos recursos não virão na mesma proporção de antes porque alguns bancos "intimidados abandonaram a renegociação no meio do caminho e também o Brasil reduziu suas necessidades e exigências".

Depois de um demorado almoço com o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, o presidente do Banco de Montreal assegurou que o Brasil está livre de ser declarado inadimplente, pela comunidade bancária por causa dos constantes atrasos no pagamento de juros. Ressaltou que não existe no sistema bancário a idéia de um desastre iminente do Brasil, "mas apoio à complexa renegociação da dívida brasileira".

Membro do comitê de 14 bancos que assessora a renegociação, William D. Mulholland admitiu que ainda existem divergências técnicas quanto ao fechamento da fase 2, basicamente sobre a forma de contabilização do ouro como reserva internacional. Mas assegurou que o mais importante, a esta altura, é conciliar as opiniões diferentes para "concluir um entendimento sobre o problema".

O presidente do Banco de Montreal disse que a comunidade bancária está atenta à necessidades brasileiras, mas evitou citar cifras, argumentando que tanto o governo brasileiro quanto o FMI e os bancos têm estimativas diferentes. O importante, no seu entender, é que o Brasil terá recursos novos tanto este ano como no próximo para fechar o balanço de pagamentos e tentar ajustar sua economia.

Indagado sobre a viabilidade da "rolagem" também dos juros na atual fase da renegociação, o presidente do Banco de Montreal acentuou que atualmente se está falando apenas do principal da dívida. Quanto à possibilidade de uma taxa fixa de juros e redução do **spread**, Mulholland foi lacônico. "Taxa fixa não depende só de nós, e gostaríamos pessoalmente que as taxas de juros baixassem. Quanto a **spread**, depende de negociação".

CARTA

O presidente do Banco de Montreal disse também que a entrega da carta de intenções pelo governo brasileiro ao FMI, na semana passada, deve ter efeito determinante na reação da comunidade bancária internacional quanto à liberação de novos recursos para o País. Disse que oficialmente não conhece o teor da carta, mas acredita que o novo acordo é mais flexível, inclusive para evitar que o parque industrial brasileiro sofra uma tremenda queda.

William D. Mulholland explicou: "A flexibilização não está na carta pois esse é um documento que espelha metas. A flexibilização está nos objetivos. A carta se fixa no período de ajustamento, onde entra o objetivo real, para que o País consiga retomar o crescimento econômico. É evidente que o sistema bancário deseja é o objetivo final, o soerguimento da economia". Daí, enfatizou a necessidade de revisões periódicas do acordo, porque qualquer alteração de conjuntura, às vezes em função de fatores externos, vai exigir novas adequações.

Riu bastante quando indagado se os banqueiros exigiram como garantias para novos empréstimos a participação societária em algumas empresas estatais brasileiras. Mas confirmou que alguns bancos estão desejando ampliar sua participação no mercado financeiro brasileiro, ressaltando que esse interesse, que é também de seu próprio banco, é expresso "à parte das negociações".

Quanto ao Decreto-Lei nº 2.045, que reduz os reajustes salariais a 80% do aumento do custo de vida, o banqueiro canadense advertiu que sua rejeição pelo Legislativo será preocupante na medida em que impede o fechamento do acordo com o FMI. Frisou, porém, que o FMI nunca impôs medidas de ajustes para o Brasil, ressaltando que, antes mesmo de a primeira missão vir ao Brasil, o governo já havia anunciado as medidas de ajuste.

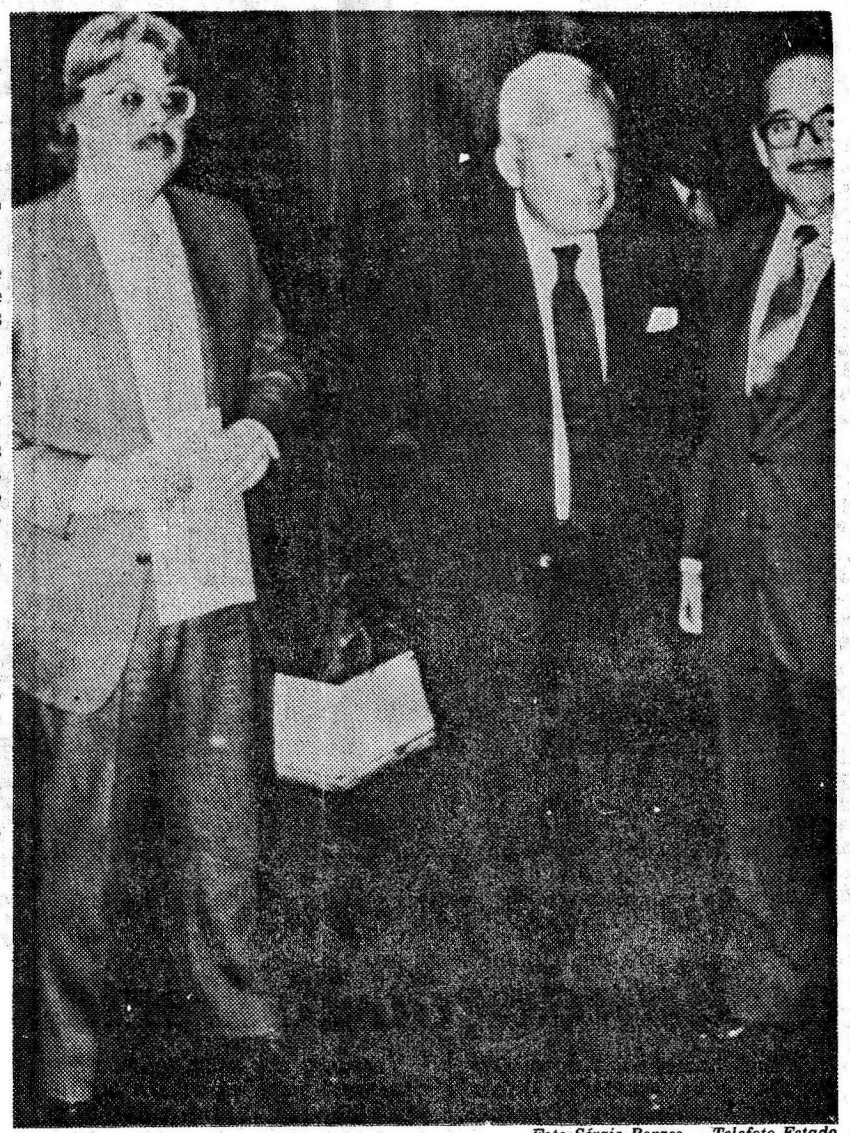

Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

Mulholland disse a Galvêas e Pastore que País tem apoio